

ATA N.º 20/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2016:

No dia sete de setembro de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** refere que na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho para o período de 1 a 29 de setembro de 2016, é a mesma substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz (Anexos a esta ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Revogação de contrato de empreitada de “Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – conclusão / retificação de infraestruturas no loteamento L-28/88 Val’Flores, em Pinhal Novo

PONTO 2 – Capela de S. João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato

PONTO 3 – Estabelecimento de zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 26/2015, da reunião ordinária de 9 de dezembro de 2015.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (Festa das Vindimas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

Em seguida, o **Sr. Presidente** passa à leitura da Saudação (Festa das Vindimas):

SAUDAÇÃO (Festa das Vindimas)

(A Saudação a seguir transcrita contém as alterações fruto da discussão havida)

“Entre 1 e 6 de setembro, Palmela brilhou com dias repletos de simbolismo e tradição. Milhares de visitantes procuraram esta vila milenar para celebrar o final do verão, a colheita abundante e os frutos desta terra generosa. Esta é a festa rainha da cultura da vinha e do vinho, símbolos da identidade deste território, que soube receber e proporcionou seis dias de grande animação e convívio, honrando o mote “Palmela és linda”.

A Câmara Municipal de Palmela, na defesa de um desenvolvimento sustentável, assente na qualificação dos produtos endógenos e na tradição e identidade locais, apresenta à Associação de Festas de Palmela – Festa das Vindimas, o agradecimento pelo trabalho realizado e pelo esforço e empenho demonstrados, os quais permitiram o sucesso daquele que é o mais antigo evento do género em Portugal, contribuindo para a valorização do território vitivinícola, da sua história e das suas gentes.

Além da Associação, é importante sublinhar o papel dos produtores e vitivinicultores, as associações de Palmela, bem como outros agentes locais que, voluntariamente ou no cumprimento das suas funções profissionais, trabalharam arduamente, ao longo dos últimos meses para que a Festa apresentasse a qualidade que Palmela merece, com a maior segurança e conforto. Bombeiros/os, GNR, Proteção Civil, trabalhadores/as da Câmara Municipal de Palmela e a Junta de Freguesia de Palmela merecem um profundo reconhecimento de toda a comunidade pela forma competente e dedicada com que deram o seu contributo para esta edição da Festa das Vindimas.

Reunida a 7 de setembro de 2016, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a 54.^a Festa das Vindimas, a Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas, as mulheres e os homens que lhe deram vida, bem como a população, pelo

sucesso do certame, que continua a afirmar-se como uma excelente montra de promoção cultural e turística do concelho e da região.”

Sobre a Saudação (Festa das Vindimas) intervêm:

O **Sr. Presidente** sugere que para além desta proposta de alteração se incluam as questões da linguagem inclusiva, a par de fazer uma referência aos produtores. Talvez no 2º parágrafo: além da associação é importante sublinhar o papel dos produtores e vitivinicultores, bem como de muitos outros agentes locais (por aí fora).

O **Sr. Vereador António Braz** refere que o seu partido acompanha a saudação da Festa das Vindimas. Foi, de facto, uma festa empolgante e houve muita gente nas festas. Sugere que, no cortejo, a representatividade das adegas fosse de uma forma. Sabe que a Associação de Festas tentou conjugar todas só numa viatura para a representatividade das festas, mas anteriormente já teriam abordado os casos individuais.

O **Sr. Presidente** refere que as opiniões sobre as festas são todas elas válidas, desde que construtivas. Mas cabe, de facto, à Associação fazer também as escolhas. O cortejo tinha um guião, explicando qual era a intenção do cortejo: uma abertura que simbolizava o concelho, outra as adegas e depois a cada um dos territórios, todos eles na sua diversidade, complementando este grande mosaico de potencialidades que tem o concelho. Foi uma opção que a Câmara Municipal respeitou, e salienta o esforço dos trabalhadores, que não começou nestes dias, começou na penúltima semana de julho, para que tudo estivesse em condições e corresse da melhor forma, sem incidentes e com um aspeto de limpeza, segurança, apoio técnico e vigilância e tudo a correr bem durante as festas, com muitos milhares de pessoas como foi nesta noite.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que concorda com esta saudação e sublinha a importância das Festas das Vindimas, não só para Palmela, mas para toda a Península. Porque, efetivamente, são umas festas que marcam, não só a parte social e da sociedade enquanto festa, mas também em termos de atividade económica, da importância que o vinho e tudo que tem a ver com o vinho e a vinha tem para a região, em particular para Palmela.

As festas correram muito bem, estavam bem organizadas, estavam muito participadas; mas também, este ano, isso também foi notório, com mais de 50 anos vão se conseguindo renovar e inovar a cada ano. Este ano notou-se, talvez pela mudança na Comissão de Festas, que houve algumas inovações interessantes. Pela forma como as pessoas participaram nas festas, acha que esta saudação é mais do que justa e não é só um pró-forma, é mais do que justificado.

O **Sr. Presidente** refere que esta madrugada, ao fazer um *briefing* e um balanço, sobretudo com os agentes da Proteção Civil, mas também com a Associação de Festas, verificou-se que há uma grande vontade da Associação de Festas de melhorar imensos aspectos e contributos

que têm chegado de aperfeiçoamento, mas há, também, a consciência do dever cumprido e a autarquia acompanha esta avaliação.

Submetida a votação a Saudação (Festa das Vindimas), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (Leonor Medeiros).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da Saudação (Leonor Medeiros):

SAUDAÇÃO (Leonor Medeiros)

"Leonor Medeiros, residente em Aires, sagrou-se campeã nacional de jovens em golfe, no escalão de sub-14. A jovem golfista, que representa o Quinta do Peru Golf & Country Club, conquistou o título durante o evento realizado em julho, no Belas Clube de Campo, dando continuidade a um percurso de sucesso, já validado, anteriormente, como campeã de sub-12, em 2014.

Também em julho, Leonor Medeiros venceu a 8.ª edição do Oceânico World Kids Golf, em sub-14, torneio internacional que contou com a participação de 155 jogadores, entre os 7 e os 18 anos de idade, de 14 nacionalidades. A golfista terminou com um agregado de 86 pontos gross, naquele que foi o seu 4.º título no Oceânico World Kids, em cinco participações.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 7 de setembro, **saúda** Leonor Medeiros pelas vitórias no Campeonato Nacional e no torneio Oceânico World Kids Golf, formulando votos de sucessos continuados na sua carreira no mundo do golfe, aos níveis nacional e internacional, onde se afirma, já, como um dos valores seguros das novas gerações."

Submetida a votação a Saudação (Leonor Medeiros), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Mais um ano letivo sem pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à leitura da Moção (Mais um ano letivo sem pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela):

MOÇÃO (Mais um ano letivo sem pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela)

(A Moção que se transcreve contempla as alterações, conforme discussão havida. Acrescenta-se o envio às seguintes entidades: à Secretária de Estado Adjunta da Educação / à Assembleia de Freguesia de Palmela).

"Iniciamos, dentro de dias, mais um ano letivo. No nosso território, 1200 alunos da Escola Secundária de Palmela continuarão a não usufruir de instalações desportivas cobertas. Mantém-se, assim, uma situação que, há mais de uma década e meia, inviabiliza a plena prática da disciplina de Educação Física, durante grande parte do período escolar.

A Câmara Municipal de Palmela tem mantido, ao longo destes anos, uma total solidariedade com os alunos, pais e encarregados de educação e professores, que vêem com grande preocupação e tristeza esta limitação de uma componente educativa essencial para o desenvolvimento integral dos jovens. Como noutras áreas, cujo investimento é da responsabilidade da Administração Central, o Município tem procurado fazer parte da solução e temos exemplos de como o nosso contributo tem sido decisivo para a sua concretização.

Foi nesse sentido que, na sequência de várias reuniões com membros do governo anterior, em que foi admitida a possibilidade de construção de um equipamento que servisse a escola e a comunidade, o Município de Palmela apresentou, já ao atual governo, em novembro de 2015, duas propostas concretas de trabalho, que admitiam a comparticipação na construção do equipamento ou, em alternativa, uma comparticipação menor e a assunção dos custos de gestão, manutenção e recursos humanos necessários ao seu funcionamento.

Após uma reunião, em maio último, com a Secretária de Estado Adjunta e da Educação sobre estas propostas, e apesar das frequentes insistências para um ponto de situação, como ficara acordado, o Município não conseguiu obter qualquer resposta, fazendo supor que a construção do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela continuará a ser adiada.

Reunida em sessão pública, a 7 de setembro de 2016, na Biblioteca de Palmela, a Câmara Municipal **delibera:**

- expressar a sua profunda incompreensão face à ausência de resposta do Ministério da Educação, em oposição aos esforços e expectativas do Município e da comunidade

educativa, numa altura em que se constrói o Orçamento Municipal, que deveria incluir verba para este investimento;

- manifestar grande preocupação por mais um ano em que se privam os alunos da Escola Secundária de Palmela da plena prática de Educação Física, disciplina cada vez mais reconhecida como fundamental no desenvolvimento das crianças e jovens;

- afirmar a sua determinação em continuar a reivindicar este equipamento desportivo, com a convicção de interpretar o sentimento da comunidade escolar e dos munícipes, num concelho onde o Desporto Escolar e a atividade física envolvem milhares de pessoas, com reconhecidos resultados na região e no país.

- enviar a presente Moção às seguintes entidades:

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Primeiro-Ministro
- Ministro da Educação
- Secretária de Estado Adjunta e da Educação
- Conselho Metropolitano de Lisboa
- Assembleia Municipal de Palmela
- Juntas de Freguesia do concelho
- Assembleia de Freguesia de Palmela
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Palmela
- Associação de Estudantes da Escola Secundária de Palmela
- Direção da Escola Secundária de Palmela
- Conselho Geral da Escola Secundária de Palmela
- Grupo de Professores de Educação Física da Escola Secundária de Palmela
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Juventude
- Comunicação Social.”

Sobre a Moção (Mais um ano letivo sem pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS, relativamente a esta Moção, votará favoravelmente. É uma grande preocupação que o seu partido, que foi de resto transmitida ao próprio Secretário de Estado da Educação quando esteve em visita, à inauguração das Festas

das Vindimas. Paralelamente, tem referido esta questão sempre que pode, com os deputados do distrito (é a eles que compete em sede própria também pressionar esta questão), mas recorda que este Governo tem apenas um ano, certamente há condicionantes em que nem tudo é possível executar o que não exclui que esta seja uma questão importante, uma questão a resolver o mais depressa possível e para a qual se acredita ser um processo que não se irá adiantar muito mais. Presume que outras prioridades maiores tenham surgido antes desta. Acompanha na íntegra, apenas não se revê na profunda incompreensão, uma vez que este Governo tem apenas um ano e o país estava no estado em que estava, no que diz respeito ao investimento no Parque Escolar. Mas votarão favoravelmente esta moção, porque, de facto, é uma necessidade do concelho e é uma das necessidades pelas quais o Partido Socialista, em Palmela, também sempre tem acompanhado e traduzido ação no sentido de transmitir a outros órgãos e a outros titulares de órgãos (inclusive à própria Secretária Geral Adjunta do partido - Ana Catarina Mendes), há cerca de uma semana, reforçando esta necessidade e a justiça desta reivindicação.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que à semelhança de uma Moção aprovada há uma ano, votará favoravelmente. Acha que esta é uma Moção justa, porque, efetivamente, não é um problema de há menos de um ano, é um problema de há década e meia, como frisa a Moção; ou seja, é um problema, no mínimo, desde 2000. Desde essa altura, houve vários investimentos, pelo país fora, esta área e houve, nomeadamente, investimentos na Parque Escolar, que devido ao luxo que foi feito em muitos estabelecimentos, não se chegou a abordar outras questões prementes como é que o pavilhão da Escola Secundária de Palmela, mas também de outros equipamentos no concelho, no distrito e no país. Concorde com a profunda incompreensão presente na Moção, ao contrário do Partido Comunista e dos Verdes (o que é compreensível), mas o que é importante independentemente disto é estarem as várias forças políticas com assento na Câmara Municipal de Palmela, de acordo com a necessidade da permanência de um pavilhão desportivo naquela escola, a servir não só a escola, mas também a população envolvente; porque nos tempos que correm, é cada vez mais necessário que a este tipo de equipamentos sirvam também a comunidade envolvente e não só a escola, em concreto.

Mais uma vez, tal como fez no passado, relativamente ao Ministro Nuno Crato, também repudia aquilo que é um governante não responder a uma autarquia local, a um presidente de câmara, porque isso é absolutamente intolerável, não é do ponto de vista do jogo democrático, é do ponto de vista do relacionamento institucional entre órgãos de poder local e do poder central, neste caso do Governo.

As suas expectativas estão divididas: por um lado não espera que haja notícias quanto a isto nos tempos mais próximos (uma vez que o investimento baixou 13% relativamente ao ano transato), por outro, como está próximo o Orçamento para 2017, altura em que se verão as verbas necessárias e adstritas a cada ministério e relativamente a cada um dos ministérios o

investimento que será feito, tal como as cativações que possam vir a ser feitas, que mais não são do que cortes definitivos e permanentes, como tem dito o Sr. Ministro das Finanças. Está certo que a Câmara Municipal, o executivo conseguirá usar de toda a persuasão para que aquando da aprovação do Orçamento para 2017, possa, entre outras, estar esta obra, que não servirão aos alunos para o ano letivo 2016/2017, mas talvez para o ano de 2017/2018.

O **Sr. Presidente** refere que gostaria que o Partido Socialista esclarecesse se acha que é inequívoco não que isto é uma necessidade, mas que a construção é da responsabilidade do Ministério da Educação.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é inequívoco. Acrescenta que não perderá tempo em politiquices nacionais, nem irá falar de cativações. Em relação ao investimento ter diminuído, isso tem a ver com uma série de outros números que, pelos vistos, não eram tão gloriosos como diziam os governantes do PSD. Neste sentido há uma realidade que extrapola os desejos da maioria que governa nesta altura. É possível, da forma que é possível, em função do país deixado pelos anteriores governantes.

Repete que é inequívoco quem tem de investir, sendo que há uma disponibilidade da autarquia, na medida do possível, que, de facto, também conjuga os interesses nacionais com os interesses locais, que não se sobrepõem aos nacionais, mas que têm de ser relevados. Portanto, votarão favoravelmente, sem nenhuma ressalva.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que esta profunda incompreensão é face à ausência de resposta, que é o mínimo que deveria haver por parte da Sr.^a Secretária Adjunta e de Administração, na medida em que houve um longo caminho a percorrer (recorda que esta seria a 3.^a fase da construção da Escola Secundária de Palmela), mas se há uma diferença em relação ao Governo anterior é que, de facto, o Dr. Nuno Crato nunca recebeu o executivo e foi com grande pressão, já no final da legislatura, que remeteu para o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. A partir daí, foi política da Câmara de Palmela negociar com todas as administrações do Estado, independentemente da cor política, porque o interesse maior é o interesse dos munícipes, e neste caso concreto, dos jovens estudantes da Escola Secundária de Palmela. Houve um caminho que começou a ser percorrido: a autarquia deu dados, elementos e houve mudança de Governo e em novembro, o Sr. Presidente da Câmara reiterou a todos os ministérios, incluindo o Ministério da Educação, novamente reforçado os contactos nas pontas que tinham sido deixadas em relação ao anterior Governo, neste caso concreto, ao Ministério da Educação. O executivo foi recebido, só que depois de apresentar duas propostas concretas e alternativas ou esperar uma contraproposta, ouve até por parte da Sr.^a Secretária de Estado indicações de onde poderiam vir as verbas e quando. Este caminho tem de ser percorrido e não pode ser interrompido.

Recorda que antes das eleições legislativas, todos foram à Escola Secundária de Palmela reunir todos os grupos parlamentares que foram lá, incluindo o Partido Comunista Português e os

Verdes. A proposta de colaboração tem muito a ver não só com o funcionamento do pavilhão desportivo em relação aos jovens, porque o desporto e a educação física, não é um filho menor dentro da Educação, mas também o alargar à comunidade. Este é um diálogo que necessita ser rapidamente renovado e reiterado. Felicita o facto de, independentemente das opiniões, todas as bancadas estarem de acordo em aprovar esta Moção.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o discurso do Partido Socialista não traz nada de novo. É verdade que o Partido Socialista tem acompanhado, mas também não é menos verdade que nada tem feito. Esta é, de facto, uma situação grave e inadmissível, tantas crianças e jovens não terem as condições mínimas para a prática da atividade física e desportiva. Pergunta quantos milhares de crianças passaram ao longo de todos estes anos pela Escola Secundária de Palmela que foram lesados ao longo do seu normal percurso educativo - é certamente um número que deve envergonhar algumas bancadas políticas que não a da CDU. A Câmara Municipal tem sempre feito parte da solução, não se tem limitado a reivindicar, tem feito propostas concretas para ultrapassar um problema que todos reconhecem ser bastante grave. A propósito da vinda do Secretário de Estado ao concelho, por política ou cortesia não sabe bem, indica que não bastam ações de cortesia, não bastam palavras vãs ou de circunstância, é preciso ação, é preciso concretizar definitivamente uma promessa de há muito adiada.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que quando o PS assumiu já claramente a sua posição e acompanhou a Moção é incompreensível a intervenção dos outros partidos. O PSD e o PS têm alternado nos governos, portanto, sendo um assunto nacional, obviamente as culpas recaem sobre estes partidos.

O **Sr. Presidente** esclarece ainda mais aprofundadamente o porquê desta profunda incompreensão. É que foram criadas legítimas expectativas. A autarquia tem procurado não apenas a reivindicação de algo que faz falta ao concelho, que é um direito que assiste aos alunos do concelho. A autarquia tem tido uma postura pró-ativa, onde propôs soluções de um modelo de pavilhão, que era possível montar em menos de 6 meses; levou valores e propostas de comparticipação. Ficando o município, que tem neste momento, dezenas (e vai chegar às centenas) de procedimentos concursais em empreitadas (alguns atrasados por causa de estar a assumir obras que compete à administração central fazer), para além dessa proposta de comparticipação, até para o modelo de funcionamento e de gestão apresentou o *know-how* que tem na Palmela Desporto, porque é seu objetivo na comparticipação que o pavilhão fique ao serviço da comunidade. Porque é um investimento que compete a 100% à Administração Central, mas a Câmara entende que poderia gerir melhor e rentabilizar melhor o equipamento, que a partir das 18 horas e ao fim-de-semana tem de estar ao serviço da comunidade. Este objetivo foi muito bem aceite, entusiasticamente recebido, com propostas concretas e com compromissos de darem respostas atempadas.

Semanalmente, o seu chefe de gabinete, solicita respostas, modelos, propostas alternativas; porque isto tem de ser incluído no orçamento.

Regista a opinião do Partido Socialista que considera que esta é uma responsabilidade a assumir a 100% pela Administração Central, porque o executivo teme, a propósito das discussões sobre a descentralização de competências, que a intenção do atual Governo seja desresponsabilizar-se e exija que os municípios, sem esta contrapartida de ter ao serviço da comunidade, entrem com 20, 30, ou 50% para a construção dos pavilhões.

Espera que o atual Governo acelere e vá mais ao encontro daquilo que é correto e indispensável para o território de Palmela.

Submetida a votação a Moção (Mais um ano letivo sem pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Calendário do Orçamento Participativo “Eu participo”** – O **Sr. Presidente** refere que o “Eu Participo” tem já datas agendadas. Nesta 2.ª fase, após o tratamento dos inquéritos e o recenseamento das propostas de investimento e de ações, apresentadas pelos munícipes e pelas munícipes que participaram no “Eu Participo” em Abril, haverá a oportunidade de debater a exequibilidade técnico-financeira de cada uma delas, sendo que os munícipes terão que escolher as prioridades. Relembra que este é um processo consultivo, mas que felizmente tem permitido acolher as medidas mais votadas pelos municípios do concelho.

A 15 de setembro realiza-se o “Eu Participo” para a organização, para os trabalhadores do município que aliás é um projeto único a nível do país, com duas sessões (uma de manhã e outra à tarde) a decorrerem ora em Palmela, ora em Pinhal Novo. Mas o ciclo de reuniões com a população também tem início no dia 15. Desta feita é uma em cada freguesia:

- 15 de setembro, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, sempre às 21 horas;
- 16 de setembro, Quinta do Anjo, no Salão da Junta de Freguesia;
- 19 de setembro, no Multiusos de Águas de Moura, em Marateca;
- 20 de setembro, no Centro Cultural do Poceirão;
- 21 de setembro, na Biblioteca, em Palmela.

• **Município reforça a campanha de resíduos, em especial monos e verdes em face das falhas, incumprimento do prestador de serviço** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o município reforça a campanha de resíduos, em especial monos e verdes,

em face de falhas e incumprimento prestador de serviços. De facto, têm ocorrido alguns problemas com a recolha de resíduos, em especial monos e resíduos verdes, em diversos locais do concelho, mas com uma especial incidência na freguesia da Quinta do Anjo. Aos atrasos pontuais na recolha, verificou-se um aumento de situações deposição ilegal e desordenada, que também vieram contribuir para o agravar da situação. Lamentavelmente notório, o aumento das situações de deposição ilegal de resíduos abandonados fora do contentor e de forma descontrolada e em quantidades inapropriadas, quer por parte de cidadãos menos conscienciosos, quer, sobretudo, por parte das empresas. Perante esta situação, o município tem vindo a adotar medidas em várias frentes para repor o serviço, por forma a garantir a qualidade da higiene urbana e a correta gestão da cadeia de resíduos. Em devido tempo, ainda antes do verão começar e antevendo as normais ausências para o gozo de férias, o município reforçou a aquisição de serviços de recolha de indiferenciados e monos. Assim, e para as falhas mais recentes, sendo as principais devidas ao operador de serviço SUMA, foi feita nova aquisição de serviços para possibilitar a recolha imediata. A nova aquisição de serviços de reforço foi contratada à empresa RODOLIXO, quer para a recolha de monos, quer para a recolha de RSU para as situações já referidas e que ainda venham a verificar-se, por forma a permitir uma atuação célere perante uma qualquer falha. Este contrato teve, inclusivamente, início na presente semana. Foram aplicadas as penalidades previstas na lei ao prestador de serviços SUMA face aos incumprimentos tratados e foi-lhes exigido plano de recuperação e execução em 24 horas.

Solicitou-se o reforço e fiscalização nas áreas mais críticas do concelho e foi implementado uma campanha de informação e sensibilização, a qual está agora a ser repetida através da afixação de informação nos contentores, publicidade nos jornais, em locais públicos, edição e distribuição de novos folhetos acompanhado inclusive o recibo das águas para uma maior difusão e, aliás, esta semana no *site* da Câmara Municipal está a passar um *banner*, no sentido de reforçar a campanha de sensibilização. Estas campanhas, nomeadamente em 2015 e em 2016, que consiste em folhetos e respetiva distribuição, anúncios nos jornais, *outdoors*, placas nas próprias viaturas de RSU, autocolantes (como já referido) nos contentores com indicação do dia de deposição de monos e verdes e material de sensibilização ascende já a quase 20 mil euros.

O município com tudo, e é isto que importa reter, está a monitorizar permanentemente a situação e a adotar as medidas estruturais e a curto prazo, sendo certo, porém, que o espaço público é de todos, a obrigação de cumprir a lei é de todos e assim, como os seus regulamentos e regras de civismo e só com a colaboração de todos é possível manter o território ordenado e com bom ambiente.

• **Semana Europeia da Mobilidade comemorada em Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o município de Palmela aderiu, de novo, à Semana Europeia da Mobilidade, que, este ano, decorre sob o lema “Mobilidade inteligente, economia forte”. A semana decorre de 16 a 22 de setembro, com um conjunto de iniciativas com que se pretende sensibilizar os/as cidadãos/ãs para o impacto que as opções individuais de mobilidade têm na comunidade, nomeadamente, ao nível do ambiente, da saúde e da economia. A principal novidade, este ano, é a realização de uma exposição e experimentação de automóveis e bicicletas elétricas, que vai decorrer de 16 a 18 de setembro, na Praça da Independência, em Pinhal Novo. No dia 17 de setembro, decorrerá uma ação de formação teórico-prática de condução de bicicleta em meio urbano, que pretende dotar os/as participantes com conhecimentos que lhes permitam usar a bicicleta e circular na estrada em segurança e com confiança. Serão disponibilizadas bicicletas elétricas aos/às trabalhadores/as do município que o desejem, para utilização nas deslocações em serviço, em substituição do uso do automóvel ou das deslocações a pé.

Durante toda a semana decorre a oferta de títulos de transporte para o circuito urbano de Pinhal Novo, em troca da entrega de óleos alimentares usados e o autocarro do centro histórico, também os autocarros de transporte escolar e as viaturas do executivo são movidas a biodiesel, produzido através dos óleos alimentares usados, recolhidos no território. Aliás, neste momento, está em estudo a aplicação dessa medida em permanência, sendo que 7% dos combustíveis utilizados já têm origem nas energias renováveis.

O programa da semana inclui ainda a hora do conto, dedicada à mobilidade, exibição de curtas-metragens sobre o mesmo tema e ações de sensibilização. A Junta de Freguesia de Pinhal Novo, organiza o tradicional “Pinhal Novo com pedalada” e os operadores de transporte público também vão acompanhar o município nesta iniciativa, seja através da oferta de bilhetes de comboio a quem se fizer acompanhar de bicicleta, seja através da divulgação.

O município tem investido na mobilidade sustentável e na acessibilidade através de iniciativas de sensibilização como esta, mas, também, através de obras que promovem deslocações mais ecológicas, é o caso da obra de ligação intermodal Pinhal Novo Sul, a nova entrada da estação de Venda do Alcaide, o investimento na rede de ciclovias, a futura rotunda e solução intermodal para Vila Amélia ou o rebaixamento passeadeiras, para citar alguns exemplos. A mobilidade em modo suave protege o ambiente, mas, também, contribui para uma economia mais forte. Andar a pé ou de bicicleta favorece o comércio local e o turismo e meios de transporte como comboio ou veículos elétricos são alternativas inevitáveis no contexto em que existe a obrigação coletiva de reduzir drasticamente as emissões de CO₂. Este é um desígnio no qual a autarquia acredita firmemente e que recebe o compromisso.

• **Ponto de situação das obras** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que foi esta semana adjudicada a obra da 1.ª fase do arranjo dos espaços exteriores na Urbanização Serra Grande em Palmela, bem como a obra de remodelação da zona envolvente ao Sobreiro de Águas de Moura e *zona fitness*. Tratam-se de duas importantes obras de valorização do espaço público que se juntam a outras já realizadas, em curso, ou a iniciar em 2016.

Neste ano foram já concluídas, ou estão em fase de conclusão, mais de 1.200.000 euros em obras de diversos tipos, mas, juntando a este valor dos procedimentos contratuais em fase final, o valor do investimento municipal ultrapassa os 5.000.000 euros.

Entre os processos em curso, encontram-se obras de grande impacto social e ambiental e mesmo grande simbolismo como a recuperação da Ribeira da Salgueirinha, a consolidação da encosta do castelo ou o projeto para a nova extensão do centro de saúde de Pinhal Novo.

No domínio da rede viária foram executadas, este ano, e estão em curso ou prestes a começar obras como a execução de calçadas e lancis em vias municipais, incluindo a rua 25 de Abril, em Cajados, S. Gonçalo e outros locais em Cabanas, Nova Palmela ou Venda do Alcaide. Foi executada a reabilitação de um troço da chamada estrada dos 4 castelos, da estrada municipal 533, um novo caminho na zona industrial de Vila Amélia, a rua Francisco Assunção Pinho, no Lau, o aceiro dos Arraiados, a rua dos Farias, em Pinhal Novo, a rua Abel Ferreira em Poceirão e a rua Julien Bruand em Poceirão, a rua José Luís Cipriano, a Azinhaga Mata Mouros em Palmela, o 1º troço da rua 5 de Outubro em Pinhal Novo, a repavimentação do troço final da Rua 9 de Março, Vale da Abrunheira, a pavimentação da rua da Palmeira no Bairro Assunção Piedade, a rua dos sobreiros em Palmela, a beneficiação da sinalização vertical e horizontal e a instalação de semáforos. Está, ainda, em fase de lançamento um importante projeto para a beneficiação da interceção da rua dos Fazendeiros com a estrada dos 4 castelos, através da construção de uma rotunda, ciclovia e passeios. Em matéria de mobilidade sustentável, foi concluída a ciclovia de Aires e está a ser executado o projeto para a segunda fase da ecopista de Pinhal Novo e em lançamento o concurso para o projeto da ciclovia de Quinta do Anjo.

Em matéria de espaço público, para além das referidas obras, está a decorrer a construção da ligação intermodal Pinhal Novo sul que inclui um parque de estacionamento a sul da estação da REFER; está em fase de lançamento a requalificação de espaços exteriores da urbanização da Cascalheira; está em apresentação de propostas o arranjo da Terra do Pão em Palmela, o projeto para o lago e zona envolvente do jardim José Maria dos Santos, a fonte visitável do largo de S. João, as instalações sanitárias no parque Venâncio Ribeiro da Costa, na rua Serpa Pinto em Palmela e a travessa do Limoeiro e rua Zeca Afonso, no Bairro Alentejano. Acrescem as obras no domínio da eficiência energética, parte das quais executadas e outras em preparação para implementação nos edifícios municipais.

Em matéria de águas residuais, há a destacar a expansão e remodelação da rede em diversos locais como a rua José Carvalho Braga, em Quinta do Anjo, a rua Luís Vaz de Camões e a rua

da Unidade no Bairro Alentejano, a rua 25 de Abril, a rua 1º de Maio, a rua da Liberdade e a Travessa de São Domingos na Carregueira, a rua José Luís Cipriano em Quinta do Anjo, a Rua Nova em Venda do Alcaide, prevendo-se, para breve, nesta localidade, a ampliação da rede doméstica na Rua Luís de Camões e a rua 2 de Abril e Estrada do Montinhoso.

Em matéria de águas de abastecimento, para além de remodelações em toda a rede, está a decorrer a obra de ligação dos furos da Fonte da Vaca ao depósito da Cascalheira, está em preparação o equipamento do furo RA1, e a remodelação da rede no aceiro do Marcolino.

No parque escolar estão a ser executados importantes projetos de ampliação e beneficiação para a escola de Cabanas, escola Matos Fortuna em Quinta do Anjo e escola de Águas de Moura; está a decorrer o procedimento para ampliação da escola de Aires mas já foram concluídas ou estão a decorrer ou a iniciar-se diversas outras obras, foi concluído o projeto de execução para remodelação do logradouro da EB Palmela 2, obra que aguarda parecer da Direção Geral do Património Cultural (DGPC); foi feita a requalificação do logradouro da Escola Básica Águas de Moura 1; a reparação das instalações sanitárias do Jardim José Maria dos Santos, Pinhal Novo; diversas beneficiações no ginásio, polivalente e acessos da escola de Aires, obras que se vão ainda manter; encerramento e beneficiação do pátio da Escola de Cajados, beneficiação do espaço de refeições da escola da Palhota ou a beneficiação da drenagem da escola Alberto Valente.

No que diz respeito a património e equipamentos culturais, está a decorrer a impermeabilização dos terraços da Casa Capelo e deverá começar em breve a recuperação da torre 3 da muralha norte do castelo, em colaboração com a DGPC. Está a decorrer a reabilitação do auditório municipal de Pinhal Novo que está mesmo na fase final, sendo que houve uma prorrogação de 15 dias que deve estar a acabar.

Esta é uma lista que não é exaustiva, que contabiliza mais de 60 obras e projetos iniciados e concluídos em 2016 ou em curso; e cerca de 40 com procedimentos a decorrer, em todos os domínios de atividade municipal, para a permanente qualificação do nosso território e como materialização da visão que se tem para o território de Palmela.

● **Ritual Almenara** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que O Ritual Almenara, é um evento que vai estreiar já no próximo dia 17 de setembro, às 21 horas. É um espetáculo de artes performativas a decorrer em simultâneo nos teatros de Palmela e de São Jorge, em Lisboa, no âmbito de uma parceria que envolve a Câmara Municipal de Palmela e a Câmara Municipal de Lisboa; uma operação financiada pelo pacto de desenvolvimento e coesão territorial da área Metropolitana. Este projeto aposta na dinamização do turismo cultural da região, porque estabelece mediação entre as duas margens do Tejo. Remete para o episódio histórico em que D. Nuno Álvares Pereira regressado vitorioso da Batalha dos Hoteleiros, em

1384, acende uma grande fogueira - uma Almenara - para dar um sinal de esperança ao Mestre de Avis, durante a crise dinástica criada com a morte de D. Fernando I.

Amanhã à tarde, na sala ogival do Castelo de São Jorge, terá lugar uma conferência de imprensa em que estarão presentes, o Sr. Presidente da Câmara de Palmela, a par do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, o presidente do conselho de administração da EGEAC (empresa municipal que tutela o Castelo de São Jorge), o Doutor Vítor Costa o presidente da entidade Regional de turismo da região de Lisboa (que também se associou ao projeto), João Brites do Teatro "O Bando", Jorge Gomes Ribeiro da "Companhia da esquina", diretores artísticos deste projeto. A autarquia acredita que o Ritual Almenara irá surpreender o público e marcará o calendário cultural da região e do país, pelas suas dimensões: cultural e simbólica, mas, também, pelo caráter inovador e enquadramento tecnológico do projeto. Pretende-se que este seja um trabalho, um projeto de continuidade que contribua fortemente para estimular o fluxo turístico na região e valorizar o património deste território e a programação cultural e turística que a autarquia tem para oferecer ao longo de todo o ano.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores

• **Município reforça a campanha de resíduos, em especial monos e verdes em face das falhas, incumprimento do prestador de serviço** (Informação prestada pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho nesta reunião) – O **Sr. Vereador António Braz** refere que congratula a preocupação do município com a recolha de monos nas freguesias. É, de facto, um flagelo, em que há uma falta de civismo das pessoas e isso é motivo de preocupação.

Considera que a Quinta do Anjo não seja a pior área de recolha de monos. Acredita que a freguesia de Palmela é capaz de ser aquela que tem os problemas mais graves.

Insiste, como já fez no passado que a rua do Transformador, na Lagoinha, continua exatamente conforme estava na altura que o problema foi denunciado.

O seu partido acha também que este valor quase residual de sensibilização poderia ser aumentado. O problema deve-se à falta de civismo das pessoas e, nesse sentido, seria eficaz apostar na divulgação da recolha de monos e sensibilização junto das populações.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** intervém sobre este assunto, dizendo que acha que efetivamente tem muito a ver com a distribuição dos serviços também com a forma dos circuitos de recolha, mas não há dúvida que há uma questão fundamental, que é precisamente o civismo das pessoas e o cumprimento das normas de deposição dos monos e de outro tipo de lixo.

Este tipo de divulgação é feito com o papel, que muitas vezes as pessoas não leem; sugere, por isso, que se utilizem os (A)gentes do Bairro, os líderes locais das várias regiões para

precisamente lhes dar esta formação cívica. Porque isto não só facilita a vida de todos, como facilita questões como a segurança e questões que têm a ver com a Proteção Civil, devido ao risco de incêndio. Defende que isto é um tema que merece uma reflexão mais profunda, em termos de divulgação e de serem trilhados novos caminhos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que há um facto que é indesmentível: tem-se apostado nas sensibilizações, têm-se visto campanhas de sensibilização, há um esforço do município, mas os indicadores em relação ao resultado desse esforço não têm sido animadores, porque o problema não só subsiste como, independentemente dos melhores esforços, tem-se tornado mais volumoso. Portanto, há um défice, há um incumprimento que tem vindo a aumentar. Defende que quando se fala em mais dinheiro, não é mais dinheiro em mais papel, mas mais dinheiro em soluções e estratégias que não foram as realizadas até agora.

Dá o exemplo do sistema de recompensa, em que o PS tem insistido nesta questão de se criarem zonas piloto (normalmente são feitas em zonas até mais favorecidas, onde o nível económico é maior) em que se optem por soluções diferentes, de menor dimensão em relação, obviamente, à resposta instalada uma forma global para o concelho, mas que permite aferir outros caminhos com outros resultados; e que se, passo a passo, ao longo dos anos, forem traduzindo resultados, para além da sensibilização, podem quiçá sustentar uma generalização do sistema melhor ou, pelo menos com mais benefícios, com mais proveitos para o município.

Não está em causa se o que está instalado está certo ou errado, porque não é essa a questão tem a ver com os resultados e com o potencial de melhorar esses resultados que não têm acontecido via sensibilização. Por outro lado, a fiscalização não é uma solução, a câmara municipal não tem capacidade para se inserir a sério com tradução nos resultados.

O (A)gente do Bairro, é simpática a sugestão, mas não terá impacto na escala dos 200 bairros que existem e da disponibilidade atual das pessoas para este voluntariado; talvez daqui a muitos anos numa sociedade muito mais evoluída, talvez isso possa acontecer.

Sugere que se experimentem novas soluções, que se experimentem outras soluções, que não apenas a divulgação das regras existentes, porque isto tem a ver com comportamentos e/ou há resultados, ou não os há. Independentemente do reconhecido esforço, sobretudo nos últimos anos, esta estratégia não tem traduzido números melhores; e há, de facto, uma estagnação até na própria reciclagem.

O **Sr. Presidente** acrescenta na generalidade das intervenções há preocupação com o fenómeno, mas nem tudo aquilo que parece é. Poderão ser discutidas múltiplas formas de campanhas de sensibilização, mas o concelho de Palmela, que está no centro da península de Setúbal, com características eminentemente rurais, em que quase toda a população produz resíduos e poucos fazem compostagem.

Apesar das dificuldades todas verificadas, o município, este ano, já bateu todos os recordes de recolha, em toneladas. Apesar de haver falhas, o concelho está a recolher muito mais; o problema é que o município é que não está disponível para cumprir as regras.

Palmela está a receber resíduos que provêm de outros concelhos. As empresas são agentes económicos que têm um circuito específico que têm contratado pelo município, não podem utilizar o contentor que um morador de uma habitação utiliza. Para além disto, não é só o volume de investimento na sensibilização, o que está a acontecer. Neste momento, houve falhas do atual prestador de serviços. Essa empresa, durante anos, cumpriu e muito bem, o concurso entretanto foi impugnado e daí a necessidade de fazer um reforço de mais um mês. Têm sido aplicadas multas, que estão a ser contestadas.

Foi por isto que foi feito um outro ajuste direto, à parte, a uma outra empresa, que nem é aquela que está melhor posicionada para ganhar o concurso para os próximos 3 anos, para atacar e colmatar estas situações.

A par disto, há, de facto, mais 30% a 40% de toneladas comparativamente ao que estava a ser recolhido nos anos anteriores. As quantidades de fenos, com esta preocupação dos incêndios, é alarmante. E esta característica rural do território é muito propícia a problemas desta natureza.

Estão a ser ponderados outros projetos e a autarquia está fortemente empenhada em limpar esta imagem. Há abertura para sugestões e propostas, mas o executivo acredita, sobretudo, que é necessário, para além de informar e sensibilizar, uma atitude mais pró-ativa em termos de cidadania dos/das munícipes.

Em resposta às questões colocadas, surgem as seguintes intervenções:

- Desmatção em terrenos privados (Questão apresentada pelo Sr. Vereador António Braz na reunião camarária de 24 de agosto de 2016) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que quanto às questões colocadas sobre os pastos de ervas, seguiu-se que dois dias depois estava tudo limpo, apesar de não constar na lista dos trabalhos.

- Apeadeiro de Algeruz (abrigos) - (Questão apresentada pelo Sr. Vereador António Braz na reunião camarária de 24 de agosto de 2016) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que os serviços encetaram contacto com os TST e estes ficaram de informar a autarquia se pode ou não ser colocado abrigo, porque têm dúvidas em relação ao local atual onde as pessoas param.

- **Município reforça a campanha de resíduos, em especial monos e verdes em face das falhas, incumprimento do prestador de serviço** (Questão apresentada pelos Srs. Vereadores António Braz, Paulo Ribeiro e Pedro Taleço) – A **Sra. Vereadora Fernanda**

Pésinho refere que regista as sugestões que foram colocadas. Relativamente ao (A)gente do Bairro está a ser equacionada essa relação com esta questão dos resíduos e com esta ação da autarquia.

Ao nível das campanhas, esclarece que a gestão do dinheiro público tem de ser muito cuidadosa e acaba por se basear face à falta de cidadania. As questões da campanha não se resumem aos *flyers*, são também distribuídos sacos pelos locais e espera-se que através do manuseamento desses sacos, por exemplo, a pessoa fique mais sensibilizada. A autarquia tem que repensar a abordagem porque os atos de cidadania são de tal forma transversais a todo o concelho, e atendendo a que é um concelho muito extenso que propicia a que outras empresas de outros concelhos venham depositar neste território, que é disperso. É, de facto, um trabalho quase incontroável e inglório. A campanha de sensibilização é anual e, portanto, para o ano vai haver mais dinheiro.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO, SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Vereador do Pelouro, Adilo Oliveira Costa, Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 24.08.2016 a 06.09.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 22.08.2016 a 02.09.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 24.08.2016 a 06.09.2016, no valor de 830.535,63 € (oitocentos e trinta mil, quinhentos e trinta e cinco euros e sessenta e três cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 06.09.2016, apresenta um saldo de 8.702.332,68 € (oito milhões, setecentos e dois mil, trezentos e trinta e dois euros e sessenta e oito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.719.632,42 € (sete milhões, setecentos e dezanove mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 982.700,26 € (novecentos e oitenta e dois mil, setecentos euros e vinte e seis cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO **DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS**

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Revogação de contrato de empreitada de “Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – conclusão / retificação de infraestruturas no loteamento L-28/88 Val’Flores, em Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPOP 01_20-16:

«Em onze de março de dois mil e onze, o Município celebrou com o Consórcio Externo denominado por “EDIFER/ARTEMISIA – Loteamento L – 28/88 – Val` Flores em Pinhal Novo”, o

contrato de empreitada de “Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – conclusão/retificação de infraestruturas no loteamento – L-28/88 – Val’Flores em Pinhal Novo”, pela quantia total de 1.294.100,97 € (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, cem euros e noventa e sete cêntimos), acrescida do IVA à taxa legal em vigor e com o prazo de execução de 180 dias, a contar da data da sua consignação.

O prazo de execução da empreitada foi objeto de prorrogações e suspensões, não imputáveis a qualquer uma das partes, decorrentes de circunstâncias que impediram a progressão dos trabalhos em condições tecnicamente aceitáveis, relacionadas, fundamentalmente, com a implementação de infraestruturas elétricas. De facto, constatou-se de forma sucessiva que as obras executadas na rede elétrica a remodelar não correspondiam ao projeto inicial; verificou-se a existência de frequentes atos de vandalismo, com furto de cabos, armários, ligadores, transformadores de postos de transformação, que conduziram a atrasos significativos, pela necessidade de reparar o que foi vandalizado, adquirir novo material e equipamento e aguardar pela sua entrega e disponibilização; houve atrasos significativos por parte da EDP, quer na nomeação de fiscais para fiscalização dos trabalhos, quer para proceder às ligações à média tensão dos postos de transformação executados.

Concomitantemente, a EDP recusou-se e recusa-se a receber todos os postos de transformação projetados, atendendo ao reduzido número de clientes e à exposição de material colocado em obra a eventuais novos atos de furto e vandalismo.

Da referida empreitada foram realizados e pagos trabalhos no montante global de 867.214,36 € (oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e catorze euros e trinta e seis cêntimos), a que se somou o valor de dois contratos adicionais, um primeiro no montante de 69.013,70 (sessenta e nove mil, treze euros e setenta cêntimos) correspondente a trabalhos a mais a preços de contrato e preços novos, e trabalhos a menos no valor de 69.065,14 € (sessenta e nove mil, sessenta e cinco euros e catorze cêntimos) e um segundo no montante de 43.132,50 (quarenta e três mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos) de trabalhos a mais com preços de contrato e preços novos e 48.463,65 € (quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos) de trabalhos a menos a que e acresceu o IVA devido.

Em 6 de dezembro de 2012, fez-se uma receção provisória parcial, tendo exclusivamente por objeto os espaços verdes executados ao longo da Avenida dos Ferroviários.

A Artemísia, Centro de Jardinagem, Lda., foi em 5 de novembro de 2014 declarada insolvente por sentença proferida nos autos que correm termos na Comarca de Lisboa, Instância Central, 1ª Secção de Comércio, J1, sob o número 8191/14,7T8SLB.

Em face da suspensão das obras e de estas estarem praticamente concluídas, em 20 de abril de 2016, o Senhor Administrador Judicial da firma Artemísia, Centro de Jardinagem, Lda., veio requerer a revogação do contrato de empreitada por mútuo acordo.

Assim, verificando-se que continuam a não estar reunidas condições para a conclusão de todos os trabalhos contratualizados, pelos motivos antes invocados, **propõe-se** que, ao abrigo do artigo 33º, nº 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no art.º 330º, alínea b) e 331º do Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal aprove a revogação do contrato de empreitada de "Execução de obras de infra-estruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – conclusão/rectificação de infra-estruturas no loteamento – L-28/88 – Val'Flores em Pinhal Novo", nos termos constantes da minuta de contrato anexa que faz parte integrante da presente proposta e que, também, se propõe aprovar; e que sejam dados poderes ao Sr. Presidente para a respetiva outorga.»

Sobre a proposta de Revogação de contrato de empreitada de "Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento – conclusão / retificação de infraestruturas no loteamento L-28/88 Val'Flores, em Pinhal Novo" numerada DAGOT_DEPOP 01_20-16 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que esta empreitada já dura há alguns anos. A informação técnica e a proposta escarpelizam a forma acidentada como a mesma tem decorrido, dada a natureza e volume e a área de intervenção. Por uma questão de correta gestão dos dinheiros públicos, não faz sentido estar a terminar alguns PT e alguns espaços, porque enquanto não houver dinâmica de construção nalguns quarteirões, estará a ser gasto dinheiro da garantia bancária e depois esse valor não volta. Houve a insolvência da empresa. As partes estão de acordo, sendo que este é o caminho correto. A autarquia, naturalmente, tem o compromisso, até de natureza legal, de criar as condições que forem consideradas indispensáveis para alguma iniciativa de construção que exista num loteamento, porque no loteamento sobre quem tem as infraestruturas terminadas e se alguma faltar terminar, tem direito a encetar a construção, logo após a comunicação prévia, é algo que é quase imediato. Felizmente até tem estado a acontecer. Estão, neste momento, dois edifícios de habitação plurifamiliar em construção, onde foi feita naturalmente uma obra de adaptação, àquela zona, por via do não funcionamento de um dos PT. Irão decorrer entretanto as obras da Igreja naquela zona, há mais algumas pretensões e, portanto, o município depois fará outras empreitadas parcelares para as zonas onde é necessário terminar. Felizmente está tudo a funcionar: água, esgotos, arruamentos. Há, naturalmente, algumas dificuldades. As zonas que estão habitadas e os corredores de circulação estão iluminados. Alguns investimentos que vão ali surgir e algumas iniciativas de construção vão dar ali uma outra consolidação e é nessa área que a autarquia irá investir. Há condições para a construção e a dinâmica ocorrerem no local. Não faz sentido isto ser mantido em aberto com a empresa que já não tem capacidade.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que a sua bancada (PS) concorda com a proposta e votará a favor. Reitera que este contrato já vem de há muitos anos, desde 2011 a esta parte, com 7 prorrogações e 5 suspensões, pelo que está na altura de tomar uma decisão. Isto vem mesmo a calhar porque Vale de Flores já não é aquilo que estava previsto que fosse

na altura em que se fez este contrato para esta empreitada. Daí que também que a EDP tenha criado tantas dificuldades em relação aos PT, pois não ia continuar a investir, se não houvessem lá consumidores. Concorde que as cláusulas 3.ª e 5.ª deste acordo de revogação do contrato salvaguardam a posição da câmara municipal.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que pretende fazer uma sugestão de alteração, só porque ao correr da pena ficou este lapso que é no último parágrafo da proposta propriamente dita, da proposta deliberativa, falta a seguir ao artigo 33.º, número 1, a alínea f), falta menção a que se trata da Lei 75/2013. Confirma que votará favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Capela de S. João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_20-16:

«A Capela de São João Baptista, sita no Largo de S. João, na vila de Palmela, foi templo do Balio de Leça, isto é da Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém ou Ordem de Malta, e está classificada como Valor Concelhio pelo Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro, sendo propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Pedro de Palmela, da Diocese de Setúbal.

A iniciativa de construção do edifício foi de Frei Jerónimo de Brito e Melo, que instituiu o templo a 18 de março de 1655, e jaz no seu interior. Após o terramoto de 1755, a Capela substituiu a Igreja de Santa Maria (do Castelo) como sede paroquial.

O monumento possui azulejaria de «tapete» policroma e trabalhos de decoração em brutesco de ouro - datados da segunda metade do século XVII - relevantes no panorama artístico da época, e assume importância estratégica como pólo cultural, pela sua localização na área abrangida pelo Centro Histórico da vila de Palmela.

O uso do imóvel pela comunidade local, pelo Município de Palmela, pela Paróquia e pela Diocese, fazendo da Capela de São João Baptista um equipamento cultural aberto ao público, no âmbito de uma rede de espaços visitáveis no concelho de Palmela e na Diocese de Setúbal, que valorize o património histórico-cultural e religioso, e seja veículo de educação patrimonial e de turismo cultural e religioso, quer através de um espaço museológico permanente dedicado à Arte Sacra, quer de exposições, conferências, recitais e artes performativas ou de outros eventos destinados à identificação, estudo, conservação e restauro, valorização e promoção de

coleções locais e regionais; constituem razões para que entre o Município de Palmela, a Diocese de Setúbal e a referida Fábrica da Igreja Paroquial, se estabeleçam:

1. Um Protocolo de Cooperação destinado a garantir a reabilitação e requalificação da Capela de São João Baptista, nomeadamente através de candidaturas a programas de financiamento comunitário, estadual ou outros, nomeadamente através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e da inclusão daquela capela no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Palmela; à promoção de obras de reabilitação e de requalificação; e à execução das demais obrigações que as três partes aceitam mutuamente;
2. Um Contrato de Comodato através do qual a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Pedro de Palmela entrega o monumento ao Município da Palmela, a fim de prosseguir as obrigações que as partes assumem nos termos a contratuarem.

Assim, ao abrigo dos artigos 23.º, ponto 2, alínea e), e artigo 33.º, ponto 1, alíneas g) e t) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **propõe-se** a aprovação, em minuta, dos documentos acima identificados e que são anexos e parte integrante da presente proposta – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato.»

Sobre a proposta de Capela de S. João Baptista (Palmela) – Protocolo de Cooperação e Contrato de Comodato numerada DCDJ 01_20-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a sua bancada (PS) fica agradada com o contrato de comodato que a câmara municipal vai fazer com a Diocese de Setúbal, mas a questão que colocam é que: se não houver candidaturas, no âmbito do contrato de comodato, se o telhado da capela aguentará. É um monumento do Centro Histórico de Palmela extremamente interessante, e é bom que seja recuperado.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a importância deste protocolo e desta colaboração para a recuperação daquele património. É importante perceber se o contrato de comodato é por um prazo de 25 anos em a autarquia terá de cuidar do edifício, caso a candidatura não seja aprovada. Mas é um edifício importante não só pela questão religiosa, mas também pela questão cultural. E é bem-vindo este protocolo de comodato, porque passando para a autarquia, durante estes 25 anos, o usufruto do imóvel, tem sempre a vantagem de não pagarem IMI por força da isenção das autarquias locais.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que já está aberta e pode ser apresentada até 31 de maio do próximo ano. O património tem que ser preservado e, naturalmente, esta é uma oportunidade de consolidação estrutural do edifício e daí esta candidatura, portanto, envolvendo o valor de 200.000 euros participado por fundos comunitários; os outros 50% são participados pelo município e pela Igreja.

Sublinha a importância deste protocolo e o trabalho subsequente que a autarquia pretende, portanto, desenvolver e que se cruza também uma outra linha de trabalho ao nível da diversificação da oferta turística, da criação de novos motivos de atração de visitantes ao concelho, nomeadamente, uma proposta ao nível do desenvolvimento do turismo cultural e religioso envolvendo vários postos turísticos do concelho; numa promoção daquilo que constitui também a raiz identitária do concelho, os sítios, as manifestações religiosas e o património religioso muito antigo, presente nas várias igrejas do concelho. Segundo alguns dados, informa que na Europa, representa 50 milhões de viagens e, portanto, isto dá também o alcance daquilo que o município poderá vir a beneficiar no futuro, com este projeto.

O **Sr. Presidente** refere que naturalmente há candidatura e esta será sempre uma candidatura de sucesso, atendendo a que o plano estratégico de desenvolvimento urbano, foi aprovado por todas as entidades. Inclui-se no plano de ação para a reabilitação urbana, onde o município integrou esta obra.

A autarquia entendeu que estava na altura de desafiar a Diocese para meter mãos à obra e não deixar deteriorar mais este edifício, de interesse patrimonial inequívoco.

O projeto, naturalmente, é ambicioso, mas há hoje um público também para esta componente do turismo religioso, cultural e patrimonial e Palmela tem todos estes atributos e deve, em rede, jogar este trunfo.

A autarquia está a trabalhar afincadamente para a reabilitação, sabendo que os 200.000 euros vão ser “curtos”, mas haverá uma outra fase de equipamento, de tratamento do espaço, para permitir depois a recolha de acervos, de exposições e outros eventos que ali vão ser realizados; sendo que aquilo que interessa, neste momento, é a questão estrutural do edifício, do telhado, aquele campanário está ali a ameaçar ruir.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

GABINETE DE AMBIENTE

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Estabelecimento de zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas.

PROPOSTA N.º DAGOT_GA 01_20-16:

«A promoção da sustentabilidade ambiental e a defesa intransigente do equilíbrio dos ecossistemas são imperativos com os quais o Município está plenamente comprometido.

É, também, compromisso municipal a defesa de uma agricultura tradicional, de base local e familiar, que garanta a qualidade dos produtos, em especial dos produtos locais e que contribua para uma alimentação de qualidade.

Os organismos geneticamente modificados, vulgarmente conhecidos por transgénicos, são criados artificialmente em laboratório, têm uma série de impactos negativos e a sua produção está em desalinhamento com a política defendida pelo Município.

Com efeito, o cultivo de organismos geneticamente modificados cria desequilíbrios na natureza, com potencial perigo para a saúde das pessoas; é prejudicial para a agricultura convencional e biológica, devido à contaminação, ao aparecimento de novas pragas, ao condicionamento do acesso às sementes e inflação dos preços dos fatores de produção; e, concomitantemente, aumenta fortemente o risco de controlo corporativo da alimentação.

Palmela é um território que prima pela cultura de produtos endógenos de grande qualidade e prestígio, que o Município, aliás, tem vindo a promover enquanto fatores diferenciadores e promotores de uma economia sustentável de base local. Assim, o eventual cultivo de organismos geneticamente modificados no nosso território, teria o impacto negativo adicional de constituir um risco para o nosso património genético e para o prestígio dos nossos produtos agrícolas e seus derivados.

O Decreto-lei nº 160/2005, de 21 de setembro, que veio estabelecer a possibilidade de criação de zonas dedicadas ao cultivo de variedades de Organismos Geneticamente Modificados, estabeleceu, também, a possibilidade de reconhecimento oficial de zonas de cultivo livres dessas variedades, tendo o respetivo procedimento sido definido pela Portaria nº 1611/2007, de 20 de dezembro.

Sendo o princípio definido pela legislação o respeito pela livre escolha dos agricultores, o Município procedeu às consultas determinadas por lei.

Considerando:

- Que o cultivo de organismos geneticamente modificados está em desalinhamento com as políticas municipais de defesa do ambiente e da agricultura sustentável;
- E tem fortes impactos negativos na natureza, na economia local e na sociedade; além de riscos para a saúde,

E verificando-se:

- Que da consulta à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo se constata que não existem notificações do cultivo de variedades geneticamente modificadas na área do Concelho de Palmela;
- Que, no prazo estabelecido para o efeito, não houve qualquer pronúncia ao edital n.º 143/DADO-DAG/2016 relativo à intenção do Município de promover o estabelecimento

de uma zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas que abranja toda a área do concelho de Palmela;

- E que a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal se pronunciou favoravelmente quanto a essa intenção,

Propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do consignado na Portaria n.º 904/2006, de 4 de setembro, com a redação conferida pela Portaria n.º 1611/2007, de 20 de dezembro, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a proposta de estabelecimento de uma zona livre de cultivo de variedades geneticamente modificadas que abranja todo o território do Município de Palmela.»

Sobre a proposta de Estabelecimento de zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas numerada DAGOT_GA 01_20-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não há culturas transgénicas no cultivo que se faz no concelho de Palmela, que não tem impactos em termos extensivos, uma vez que são pequenas ou médias propriedades.

O **Sr. Presidente** refere que há extensas propriedades com milho.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que 35% do milho crescido é de facto transgénico, neste momento, no planeta e pior ainda: 81% da soja também o é. Isto são questões reais. Surpreendentemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a alimentação e agricultura continua a afirmar que não há até ao dia de hoje, estudos completamente definitivos que comprovem o malefício dos transgénicos. A sua bancada (PS) concorda com a proposta e estão comprovados os riscos de contaminação das culturas tradicionais e biológicas com natural impacto na biodiversidade. Esta questão está ligada ao aumento das alergias e, sobretudo, a um aumento da resistência de antibióticos. Surge, mais uma vez, detentora da patente, a Monsanto, que primeiro cria a resistência e depois faz os fertilizantes, o adubo e o pesticida para combater essa mesma resistência. Isto acaba por ser, para a multinacional, um negócio fantástico.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes presentes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco